

Sumário

Prefácio	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Abordagem Histórica da Pena Privativa de Liberdade	5
1. O Surgimento e a Evolução da Pena Privativa de Liberdade	5
1.1. Considerações preliminares	5
1.1.1. A pena nas comunidades primitivas.....	6
1.1.2. China	12
1.1.3. Japão	13
1.1.4. Índia.....	13
1.1.5. Egito.....	14
1.1.6. Pérsia	15
1.1.7. Babilônia.....	15
1.1.8. O sistema de penas hebraico.....	16
1.1.9. Grécia antiga	17
1.1.10. Roma.....	20
1.1.11. A Idade Média e a influência do direito germânico e do direito canônico	23
1.1.12. A Idade Moderna e a privação da liberdade como fator de desenvolvimento econômico: a exploração da mão-de-obra carcerária.....	27
1.1.13. A Idade Moderna e a solidificação do caráter intimidativo da prisão	30
1.1.14. As propostas de reforma.....	34
1.2. Aspectos relevantes da história da pena privativa de liberdade no Brasil.....	40
1.2.1. O período pré-colonial	41
1.2.2. O período colonial	41
1.2.3. A Independência do Brasil e o Código Criminal do Império ..	44
1.2.4. A República e o Código Penal de 1890	46
1.2.5. A reforma penal e o Código de 1940.....	49
1.2.6. A nova Parte Geral de 1984.....	51
1.2.7. A Constituição Federal de 1988 e a reforma “pontual” do sistema de penas.....	54

Capítulo 2 – Abordagem Dogmática da Pena: um Enfoque Crítico da Pri- vação de Liberdade	57
1. Considerações Preliminares	57
2. Teorias da Pena	59
2.1. Teorias absolutas	62
2.1.1. Razões históricas	63
2.1.2. Teoria da reparação	67
2.1.3. Teoria da retribuição divina	67
2.1.4. Teoria da retribuição moral	67
2.1.5. Teoria da retribuição lógico-jurídica	70
2.1.6. Pontos convergentes nas teorias absolutas	73
2.1.7. Aspectos positivos	74
2.1.8. Aspectos negativos	76
2.2. Teorias relativas	78
2.2.1. Razões históricas	80
2.2.2. Prevenção geral	81
2.2.2.1. Prevenção geral negativa ou intimidatória	82
2.2.2.2. Aspectos positivos	84
2.2.2.3. Aspectos negativos	85
2.2.2.4. Prevenção geral positiva ou integradora	90
2.2.2.5. Prevenção geral positiva fundamentadora	93
2.2.2.6. Prevenção geral positiva limitadora	95
2.2.2.7. Breve crítica	98
2.2.3. Prevenção especial	101
2.2.3.1. O pensamento preventivo-especial: Correcionalismo, Escola Positiva, Escola Sociológica e Movimento de Defesa Social	104
2.2.3.2. Prevenção especial negativa	112
2.2.3.3. Prevenção especial positiva	114
2.2.3.4. Aspectos positivos	114
2.2.3.5. Aspectos negativos	116
2.2.3.6. A impossibilidade de se renunciar à prevenção es- pecial	119
2.3. Teorias ecléticas	121
2.3.1. As principais correntes ecléticas aditivas	122
2.3.2. As antinomias dos fins da pena	124
2.3.3. As principais correntes ecléticas dialéticas	126
2.3.3.1. Teoria diferenciadora	127
2.3.3.2. Teoria unificadora dialética	129
2.3.3.3. Breve crítica	134
2.4. Retribuição e prevenção: uma dinâmica penal articulada	135

Capítulo 3 – Princípio da Proporcionalidade e Execução da Pena	141
1. Considerações preliminares	141
2. Princípio da Proporcionalidade: Aspectos Gerais.....	143
2.1. Princípio da proporcionalidade: referencial histórico	144
2.2. Breve referência ao direito administrativo	147
2.3. A questão terminológica no direito comparado	148
2.4. O valor constitucional do princípio da proporcionalidade no direito penal brasileiro	150
3. Princípio da Proporcionalidade: Conteúdo e Estrutura	155
3.1. Proporcionalidade para o legislador e para o juiz em matéria penal...	158
3.2. O significado do princípio da idoneidade para a função legislativa em matéria penal	160
3.3. O significado do princípio da idoneidade para a aplicação e execução da pena.....	163
3.4. O significado do princípio da necessidade para a função legislativa em matéria penal	169
3.4.1. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	171
3.4.2. Princípio da intervenção mínima: fragmentariedade e subsidiariedade da função legislativa em matéria penal	172
3.5. O significado do princípio da necessidade para a aplicação e execução da pena.....	176
3.6. O significado do princípio da proporcionalidade em sentido estrito para a função legislativa em matéria penal.....	188
3.7. O significado do princípio da proporcionalidade em sentido estrito para a aplicação e execução da pena.....	193
4. A Coisa Julgada e a Extinção Antecipada da Pena	197
5. Política Criminal e Princípio da Proporcionalidade: uma Proposta de Lege Ferenda	199
Conclusões	205
Referências Bibliográficas	209